

## Desenvolvimento capitalista e Estado burguês na América Latina<sup>?</sup>

Aldo Duran Gil<sup>??</sup>

### Introdução

A retórica sobre a “globalização” das sociedades capitalistas contemporâneas tornou-se hegemônica desde o início da década de 1990. Pressionado pelas forças globalizadoras da economia do livre mercado, o Estado nacional sofreria um processo irreversível, senão de extinção, pelo menos de perda paulatina de sua soberania: um Estado extremamente vulnerável tanto diante dos organismos internacionais como das múltiplas instituições dominantes do mercado mundial<sup>1</sup>. Entretanto, a atual tendência do processo de globalização econômica e de redefinição do papel dos Estados capitalistas (centrais e periféricos) parece ter tomado outro rumo. Nesse sentido, na atual fase do capitalismo - caracterizada como neoliberal, cuja situação atual atravessa momentos críticos - ressurge a problemática do papel do Estado com maior força<sup>2</sup>. Tal problemática tende a ganhar relevância no caso dos Estados situados na periferia do capitalismo.

O objetivo central deste artigo é repensar a problemática da relação entre desenvolvimento capitalista e Estado periférico. Mais especificamente, busca-se desenvolver uma discussão teórica sobre o papel e funcionamento do Estado burguês na América Latina. Para tanto, analisa-se criticamente a literatura mais importante produzida sobre o assunto, focalizando as principais características da dinâmica das transformações sócio-históricas gerais dos Estados latino-americanos a partir da década de 50. Como referência, privilegia-se a análise do processo político e o desenvolvimento econômico num contexto de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de capitalismo dependente. Enfim, procura-se identificar as variações dos processos de formação desses Estados de acordo com as fases de instauração do capitalismo em diversas regiões do continente ao longo do século XX, principalmente a partir da década de 50.

---

<sup>?</sup> Este artigo é uma versão revisada e ligeiramente melhorada do projeto de pesquisa enviado à FAPESP para concorrer a uma bolsa de Pós-doutorado em 2004. Parte significativa do texto informa o projeto de pesquisa atualmente em andamento (cadastro nº G-003/2005), sob o mesmo título, junto ao Programa Especial de Pesquisa (PEP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), projeto que também faz parte do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais (NUPECS) do Departamento de Ciências Sociais (DECIS/FAFCS/UFU).

<sup>??</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor Adjunto da Universidade Federal de Uberlândia.

<sup>1</sup> Ver: J. Habermas, “O Estado-Nação europeu frente aos desafios da globalização”, *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo, nº 18, setembro, 1995) e “A nova intransparência. A crise do Estado de bem-estar social e o esgotamento das energias utópicas”, *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo, nº 18, setembro, 1987); e os trabalhos de O. Ianni: *A sociedade global* (São Paulo, Civilização Brasileira, 1993, 2ª ed.) e *A era do globalismo*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996).

<sup>2</sup> Ver: E. Wood, *Democracia contra Capitalismo* (São Paulo, Boitempo, 2003) e “O que é (anti) capitalismo?”, *Crítica Marxista*, nº 17 (Rio de Janeiro, Revan, 2003, pp. 37-50); B. Jessop, “A globalização e o Estado nacional”, *Crítica Marxista*, nº 7 (São Paulo, Xamã, 1998, pp. 9-45); F. Jameson, *Pós-modernismo – A lógica cultural do capitalismo tardio*, (São Paulo: Ática, 1997, 2ª ed.); G. Duménil & D. Lévy, “O imperialismo na era neoliberal”, *Crítica Marxista*, nº 18, (Rio de Janeiro, Revan, 2004); e F. Chesnais et al., *Uma nova fase do capitalismo?* (São Paulo, Cemarx/Xamã, 2003).

O artigo está dividido em duas partes. A primeira aborda a problemática geral sobre os enfoques e análises relativos ao Estado na periferia do capitalismo. Já a segunda aborda uma problemática mais específica: busca examinar e discutir as principais análises sobre o Estado capitalista periférico com o intuito de detectar os alcances e limitações dos diversos estudos sobre o assunto.

## **1. Problemática I: análises sobre o Estado na periferia do capitalismo**

As análises sobre o papel geral do Estado na sociedade capitalista e sobre a sua função nas formações sociais dependentes e periféricas não são novas. A maioria dos trabalhos sobre a problemática dos Estados burgueses periféricos data dos anos 60 e 70. Em seus aspectos gerais, a preocupação comum centrou-se nas seguintes caracterizações: 1) os Estados latino-americanos tornaram-se burgueses somente quando o modo de produção capitalista substituiu o modo de produção feudal, momento em que se implanta e domina no espaço nacional - transformação que teria ocorrido entre 1930 e 1950; 2) eles seriam o resultado da revolução burguesa em geral, comandada pela transformação capitalista na esfera econômica; 3) em tais países somente poderia surgir um Estado burguês autoritário, intervencionista e de exceção permanente pelo fato de a revolução burguesa ter ficado inconclusa, situação que seria mais marcante em países mais atrasados.

Embora tais caracterizações apontem para fatos sócio-históricos gerais inegáveis (certa generalização das relações sociais capitalistas como consequência da implantação de relações de produção capitalista, e por extensão, dos aspectos da revolução burguesa em geral na América Latina), elas compartilham três supostos problemáticos que interditam o avanço da análise científica do objeto em questão.

O primeiro suposto diz respeito à concepção linear e cronológica da transição dos modos de produção pré-capitalista ao modo de produção capitalista. A esse respeito, três aspectos teóricos importantes devem ser salientados. Primeiramente, sabemos que em seus estudos sobre a transição de um modo de produção para outro, Marx insistiu (inicialmente nas *Formen*) que não existe passagem direta de um modo de produção a outro, ora do escravismo para o capitalismo, ora do feudalismo para o capitalismo (Cf. Marx e Hobsbawm, 1971, e Hobsbawm, 1971). Em segundo lugar, na transição histórica das formações sociais pré-capitalistas ao capitalismo se interpõem relações de produção pré-capitalistas, relações de produção servis. Marx também detectou que no processo de transição ao capitalismo se conservam ainda, ou não são completamente dissolvidas, as “relações pessoais de dependência, carência de liberdade pessoal, no grau que seja, e agrilhoamento a terra como acessório dela, servidão, no sentido estrito da palavra” (*El Capital*, III, apud Hobsbawm, 1971: 30). Isso significa

que o surgimento do trabalhador assalariado e comprador de seus meios de subsistência pressupõe a existência prévia de relações de produção servis como fase necessária para a generalização das relações de produção capitalistas. Numa formação em que são dominantes tais relações de produção, o camponês dependente tem a possibilidade de acumular algum lucro devido ao desenvolvimento da agricultura de alimentos e da produção artesanal. Todavia, nesse processo de transição, deve-se salientar o caráter *antecipatório* do papel do direito, do político e, sobretudo do papel crucial do Estado em relação ao econômico. Este caráter foi detectado por Marx nas suas observações sobre a “acumulação primitiva”: legislação fabril e outros aspectos da intervenção do Estado na fase inicial de instauração do capitalismo - um processo marcado por um inusitado autoritarismo e violência.

Em terceiro lugar, as observações teóricas feitas por Lênin sobre o caráter das formações sociais capitalistas e sobre o Estado burguês afastam a concepção economicista e cronológica (passagem direta) da problemática da transição dos modos e formas de produção pré-capitalista ao modo de produção capitalista. Em seu célebre trabalho *El desarrollo del capitalismo en Rúsia* (1981), Lênin mostrou que na formação social russa do final do século XIX, marcada pelas relações de produção servis em razão da presença majoritária do campesinato e da grande propriedade fundiária, a transição ao capitalismo no país poderia adotar dois caminhos: a via *junker* ou a via *farmer* - mais lento no caso da primeira, por conservar “ainda por muito tempo os traços da servidão”, e supostamente mais acelerado no caso da segunda. Nesses processos de transformação, a conservação de traços de relações de produção pré-capitalistas nunca foi considerada como um fenômeno anômico ou irracional, diferentemente da maioria dos autores que abordam a problemática na América Latina. Todavia, tal fenômeno é considerado como uma contradição inerente ao desenvolvimento histórico do capitalismo em qualquer país, central ou periférico (Lênin, 1981:15, 651 e segs.).

O segundo suposto diz respeito à concepção do tipo de sociedade que teria vigorado antes da formação do Estado burguês na América Latina: tal sociedade foi caracterizada indistintamente como colonial (modo de produção colonial) e feudal (modo de produção feudal). Sabemos que na América Latina nunca foi implantado o modo de produção feudal<sup>3</sup>, embora no debate travado entre marxistas e nacionalistas-populistas nos anos 40 e 50 a implantação do mesmo aparece como um *fato real*. Com exceção do Brasil colonial, certas regiões do Caribe e do sul norte-americano, onde vigoraram relações sociais escravistas (e a instauração de uma variante de Estado escravista moderno) até pelo menos o último quartel do século XIX - conforme os estudos de Genovese (1968 e 1979) e Gorender (1978) - ,

---

<sup>3</sup> Sobre a problemática da existência de diversas formas de trabalho e modos de produção, consultar: C. S. Assadourian et al., *Modos de Producción en América Latina* (Córdoba, Ediciones Pasado y Presente, 1974, 2ª ed.); ver principalmente a “Introducción” e o artigo “Sobre los modos de producción coloniales en América” de C. F. S. Cardoso.

no resto do continente vigoraram relações sociais servis, muito diferentes das relações sociais feudais implantadas na Europa. No período republicano (1810 em diante), a maioria dos estudiosos sobre o assunto detecta a coexistência de relações sociais servis com relações sociais capitalistas (estas se implementam com muita dificuldade e se expandem com lentidão), com dominância das primeiras. Nesse contexto, surge uma instituição que a maioria dos autores denomina *colonato* (com suas diversas formas de exploração do trabalho e de formas de produção nas distintas regiões da América Latina), caracterizado pela prestação de sobretrabalho compulsório e gratuito do trabalhador direto ao patrão latifundiário. Estudos sociológicos sobre a exploração do trabalho no campo mostram que em alguns países como, por exemplo, na Bolívia, vigoravam ainda, no final dos anos 1970, relações sociais típicas do colonato e relações sociais servis. Neste último caso, exploração de índios guarani pelos latifundiários bolivianos na região sul do país: os índios eram agrilhoados por dívidas. Entre os principais mecanismos de sujeição estava o livro de contas, junto com a promessa de pagamento do salário no final de ano, o qual o patrão nunca paga<sup>4</sup>. Tais estudos empíricos conferem ampla validade às teorias sobre a transição histórica das formações sociais pré-capitalistas ao capitalismo, conforme enunciado acima: a interposição de relações de produção pré-capitalistas, relações de produção servis – isto é, a detecção de um processo dialético de *dissolução-conservação*<sup>5</sup> das antigas relações sociais pré-capitalistas que coexistem com as relações sociais capitalistas.

Já o terceiro suposto problemático sobre as caracterizações do Estado diz respeito à sobrestimação da instauração das relações de produção capitalista na América Latina e, por conseguinte, da exclusão da análise concreta da estrutura jurídico-política (Estado). Ou seja, a formação do Estado burguês foi entendida como uma mera consequência (um epifenômeno) da transformação na esfera econômica: os Estados latino-americanos foram qualificados como burgueses ou capitalistas prescindindo de uma definição prévia, sem a aplicação de uma análise específica da estrutura jurídico-política (necessária à reprodução das relações de produção capitalista), porém simplesmente com a aplicação de um conceito de Estado em geral. Ou por outra, os Estados latino-americanos pós-30 e pós-50 foram, mormente, qualificados como Estados burgueses ou capitalistas

---

<sup>4</sup> No seu importante trabalho sobre a Bolívia, *Caciques y patrones*, Healy (1982) identifica 21 famílias latifundiárias do município Huacareta (departamento de Chuquisaca, sul do país) que utilizaram mais de mil chiriguano/servos. Nos dez municípios dessa região existiam 300 proprietários, dentre os quais 160 utilizavam índios guarani, cujo número chegou a cerca de sete mil famílias. Todavia, o autor mostra que entre os indicadores de riqueza dos latifundiários economicamente poderosos daquele município estavam: 1) o valor das vendas anuais de produtos agrícolas (gado, porcos, milho etc.); 2) a obtenção de créditos dos bancos estatais; 3) tratores; e 4) o *plantel de chiriguano*s. Este último era o indicador chave da riqueza dos proprietários fundiários.

<sup>5</sup> Conceito elaborado por Marx em as *Formen* e em *O Capital*, que conota o movimento complexo e contraditório do domínio do modo e de formas de produção capitalistas sobre os outros modos e formas de produção pré-capitalistas. Cf. Marx & Hobsbawm (1971), Lênin (1981) e Poulantzas (1975).

porque as relações de produção dominantes nessas formações sociais eram relações de produção capitalistas – uma operação de mera transposição, para o plano do Estado, dos resultados obtidos na análise de classificação das relações de produção. Assim, tais Estados deveriam, automaticamente, ser Estados burgueses ou capitalistas. O que obstaculizou – através de uma operação reducionista - a consideração do Estado como objeto relativamente autônomo de análise (Cf. Saes, 1990:21)<sup>6</sup>.

Por outro lado, existe um outro elenco de elementos igualmente problemático das caracterizações supramencionadas que também deve ser salientado. Em primeiro lugar, tais análises negligenciam o exame tanto da diferenciação das transformações e mudanças das formações sociais capitalistas centrais e periféricas, como dos aspectos constantes em ambas as formações sociais. Se as primeiras atravessam uma fase avançada no atual estágio do capitalismo, as segundas experimentam ainda fases de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de desenvolvimento capitalista dependente, embora ambas as formações tenham sido determinadas, de um modo desigual, pelo estágio avançado do capitalismo monopolista de Estado no pós-1930 e pós-1945. O que significa que existem diferenças importantes no funcionamento das duas formações capitalistas: defasagem histórica nas formações capitalistas periféricas tanto na ocorrência das fases das revoluções burguesas em geral, como nos estágios do desenvolvimento capitalista; atraso significativo do processo de industrialização em relação às formações capitalistas centrais; industrialização acelerada e induzida (num tempo relativamente curto) nas formações sociais da periferia do capitalismo etc. Todavia, estas últimas tendem a ser determinadas pelo funcionamento do Estado burguês periférico, bem como pelas economias capitalistas centrais, nomeadamente pela ação marcante do imperialismo norte-americano no caso dos países latino-americanos.

Em segundo lugar, tais análises aplicam uma comparação *vis-à-vis* entre as formações sociais do capitalismo periférico e as das formações do capitalismo central, o que seria amplamente problemático. Vale dizer, partem do suposto de que o desenvolvimento do capitalismo e da democracia burguesa (aspectos da revolução burguesa em geral) iniciados nas últimas formações sociais seria o único modelo histórico generalizável a ser aplicado às formações capitalistas atrasadas. Mais especificamente, existiria uma confusão entre *revolução política burguesa* (= a formação do Estado

---

<sup>6</sup> Entre os trabalhos importantes que estudam a problemática da formação do Estado na América Latina estão: Kaplan (1974), Gonzáles (1980), Fernandes (1976), Faoro (1998), Beiguelman (1967), Ianni (1986, 1989a e 1989b), O'Donnel (1982) e Boron (1994). Uma análise alternativa sobre o assunto oferece Saes, consultar basicamente: 1) *Estado e Democracia: ensaios teóricos* (1994a); 2) *A formação do Estado burguês no Brasil* (1990); e 3) os artigos reunidos no livro *República do Capital* (2001).

burguês) e *revolução burguesa em geral* (= constituição de novas relações de produção, novas formas de divisão do trabalho, novas classes sociais, uma nova estrutura do Estado, uma nova ideologia dominante): esta se inicia antes e termina depois da primeira, conforme destacara a análise de Grenon & Robin (1976). O que vai de encontro com a concepção, presente na maioria dos autores que abordaram o assunto na América Latina, “da revolução política burguesa como o momento histórico único de concretização da passagem ao capitalismo, ou como o ponto-limite para além do qual uma formação social passa a se desenvolver plenamente segundo as leis de movimento do capitalismo” (Saes, 1990:16).

Em terceiro lugar, a intervenção do Estado na economia tende a ser vista como negativa e irracional, e no limite, como disfunção ou anomia. Se tal intervenção é um traço constitutivo do conceito de Estado em geral, modificando-se e adotando formas diferentes de acordo ao modo de produção estabelecido (escravista, despótico, feudal, capitalista), no modo de produção capitalista – pensamos - a intervenção do Estado burguês adquire aspectos peculiares: separação formal das esferas econômica e política, não intervenção direta da estrutura jurídico-política no aparelho econômico (processo produtivo). No fundamental, o Estado burguês intervém politicamente organizando a hegemonia política das classes ou frações de classe capitalistas exploradoras dominantes. Mais especificamente, as formas de intervenção econômica estão sobredeterminadas tanto pelas funções cruciais do Estado burguês - garantir as condições ideológico-políticas necessárias para a reprodução das relações de produção capitalista e organizar de um modo particular a dominação de classe: organização interna do aparelho de Estado (burocracia) comandada pelas regras do burocratismo (aspecto típico do Estado burguês, que não se encontra na organização interna dos Estados nas formações sociais anteriores ao capitalismo) - , como pelas fases pelas quais atravessa o capitalismo (concorrencial, monopolista, capitalismo monopolista de Estado etc.). Na fase de transição capitalista periférica e na implantação de tipos de desenvolvimento capitalista dependente o Estado cumpre um papel crucial<sup>7</sup>. Ou seja, o Estado intervém maciçamente na aceleração do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas e na reprodução das relações de produção correspondentes; ou inversamente,

---

<sup>7</sup> Devido às interpretações problemáticas de alguns aspectos do tema da transição em Balibar (1988) e em Poulantzas (1986) (Cf. Saes, 1994b e 1998b), restringimos, aqui, a nossa argumentação à questão teórica da transição, no modo de produção capitalista, de uma fase para outra, problemática distinta da transição de um modo de produção para outro. De Poulantzas, somente retemos a idéia de que na passagem do estágio do capitalismo monopolista ao do capitalismo monopolista de Estado, a intervenção do Estado tende a ser acrescida; e nas formações capitalistas da periferia européia do período do fascismo, nos elos mais fracos da cadeia imperialista, o Estado teve um papel não apenas crucial mas também redobrado (Poulantzas, 1978:21-22; e 1975). Em relação às temáticas da transição capitalista periférica, a instauração de tipos de capitalismo dependente, bem como o papel do político e do Estado ver: Lênin (1973 e 1981); Kalecki (1980), Bettelheim (1969), os dois trabalhos de Saes citados acima, Gerschenkron (1968), Tavares (1978), Cardoso e Brignoli (1983), Mello (1998).

intervém na retardação desse processo (embora a tendência geral seja a de dissolver as relações de produção pré-capitalistas, mas de forma lenta e conflituosa, dependendo do país)<sup>8</sup>. E esse papel do Estado não é isento de contradições devido a uma dupla situação: a dependência diante dos países capitalistas centrais (principalmente das múltiplas intervenções do grande capital estrangeiro e do imperialismo norte-americano na América Latina), e a presença de relações sociais correspondentes a modos de produção pré-capitalistas (bloqueio de uma reforma agrária efetiva, não capitalização do campo, manutenção do latifúndio, das classes da pequena produção e do campesinato). As formas intermediárias ou variações de desenvolvimento, no caso da América Latina, se processam de acordo com esse caráter oscilatório da intervenção do Estado. Daí as caracterizações da industrialização não apenas dependente, mas também retardatária e periférica; ou retardatária, dependente e acelerada, como o caso brasileiro; países que atravessaram um processo de desenvolvimento capitalista mais tardio e recente (a partir dos anos 50 e 60), porém com baixo nível de industrialização, como é o caso da maioria dos países latino-americanos - diversos tipos de economias de enclave em certos países andinos (atividade mineiro-extrativa) e centro-americanos (monocultura ou domínio total da economia pelo capital estrangeiro). Assim, tanto as transformações substanciais como as de cunho mais leve na esfera econômica tendem a se processar através do político, tendo a intervenção do Estado um caráter redobrado nessa fase de transição.

Nesse contexto de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de capitalismo dependente, as transformações socioeconômicas, impulsionadas ou relativamente bloqueadas pela intervenção do Estado, têm implicações políticas da maior importância. Mencionemos rapidamente quatro implicações políticas que nos parecem mais relevantes: 1) a ascensão política da pequena burguesia nacionalista antioligárquica e da classe trabalhadora que contribuíram (de um modo e intensidade desigual) a organizar politicamente as massas populares (pequena burguesia, camadas médias e campesinato) e passam a influenciar a política de Estado; 2) a pressão direta (sem mediação partidária, ou através das organizações sindicais) das massas trabalhadoras urbanas sobre o Estado para que este implemente uma estrutura necessária às exigências da reprodução da força de trabalho – tal reivindicação converte-se em luta política permanente; 3) a redefinição da hegemonia política no seio do bloco no poder, a qual transforma a forma de Estado e o regime político e acaba provocando a emergência de novas crises políticas – esta seria a implicação política crucial; 4) o processo de industrialização tende a ser comandado pela burocracia estatal, o que provoca constantes conflitos entre esta e as classes ou frações de classe que compõem o bloco no poder e lutas intensas entre elas. A

---

<sup>8</sup> Recentemente publicou-se uma coletânea que tenta discutir justamente o fracasso histórico do desenvolvimento capitalista no Brasil: ver J. A. de Paula (org.), *Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula* (Belo Horizonte: Autêntica, 2005).

maioria desses fatores socioeconômicos e políticos emergiu, na América Latina, com a instauração do sistema populista tradicional (1930-60), que executou uma política de integração das massas trabalhadoras no sistema político (outorga de legislações social e trabalhista) com o objetivo de buscar uma base social de apoio para realizar seus projetos desenvolvimentistas – isto é, uma política de integração/controlar das massas trabalhadoras. Enfim, o populismo marcou uma fase de transição que é caracterizada pela crise crônica de hegemonia no interior do bloco no poder e pela necessidade do Estado de mobilizar as massas trabalhadoras com o fim de diminuir a instabilidade política que decorre dessa crise (Cf. Saes, 2001:77-78). A fase de transição seguinte é marcada pela ascensão da hegemonia política do capital monopolista estrangeiro e a instauração do Estado militar, que liquida o Estado e sistema populista. Mas tal período se caracteriza pela emergência de novas crises e contradições políticas, abrindo assim uma nova fase de instabilidade política decorrente basicamente da incapacidade do Estado militar de desmobilizar/desorganizar, parcial ou completamente, as massas trabalhadoras e camponesas.

Para as massas populares, os problemas cruciais de cunho socioeconômico e político do período do populismo se alastram no período do autoritarismo militar, porém adotam novas formas. Neste período, continua sem solução (que se agregam aos novos problemas na fase do capitalismo neoliberal) a questão camponesa e étnica (maiorias indígenas excluídas nos países andinos e certos países centro-americanos, e em regiões do México), acentuada defasagem entre o padrão material de vida das massas populares e as exigências capitalísticas de reprodução da força de trabalho, problemas de democracia política etc. Numa palavra, surgem novas formas de lutas tanto dos antigos como dos novos setores que integram os movimentos populares, os quais pressionam, direta e indiretamente, o Estado para que atenda as suas diversas reivindicações<sup>9</sup>.

A partir de meados dos anos 80 assiste-se a uma nova fase de transição, marcada pelo desmantelamento do Estado (contra o capital público e nacionalizado, resquícios das formas de Estado anteriores: populismo e autoritarismo militar) e pela limitação dos direitos políticos e sociais das massas trabalhadoras conquistadas nas fases anteriores: o neoliberalismo. Abre-se assim um novo ciclo de crises e contradições políticas que redundam na emergência de modalidades de instabilidade nas esferas econômica e política. Trata-se de uma nova fase histórica na qual os Estados da região

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto, a bibliografia é enorme. Basta mencionar os trabalhos de T. Evers, principalmente “Movimientos barriales y Estado. Luchas en la esfera de la reproducción en América Latina” (Evers et al., *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. XLIV, nº 2, Abril-Junho de 1982), e A. Boron (op. cit.; consultar o capítulo sete). Em relação aos problemas da luta pela democracia política e pela instauração do Estado democrático e do regime democrático e suas consequências, ver: G. Therborn, “El parto de la democracia latinoamericana”, in: *Autodeterminación*, Centro de Estudios Latinoamericanos (CELME), nº 2 (La Paz, 1987), e sobre as contradições da democracia burguesa nos países centrais, “The Rule of Capital and the Rise of Democracy” (*New Left Review*, nº 103, may-jun., Londres, 1977); e B. Jessop, “El gobierno de lo ingobernable: acuerdo en la crisis” (*Revista Mexicana de Sociología*, nº 3, Julio-Septiembre de 1982).



atravessam atualmente um momento de crise da hegemonia do capitalismo neoliberal. E tal fase caracterizar-se-ia por um novo tipo de dependência, diferentemente daquela que teria vigorado até os anos 80<sup>10</sup>.

Em suma, as diversas fases de transição capitalista periférica pelas quais atravessaram as formações sociais latino-americanas ao longo do século XX, bem como as diversas fases de implantação de um tipo de desenvolvimento capitalista (caracterizado como desigual, retardatário e induzido) nos países mais desenvolvidos (Brasil, México, Argentina), carregaram novas formas de luta de classes e de crises políticas intensas, marcadas pela ascensão política da classe trabalhadora e do movimento popular, a emergência de novas frações burguesas e a não liquidação política e econômica da grande propriedade fundiária. As lutas e crises políticas tendem a causar modificações na composição do bloco no poder (que fica mais complexo), na redefinição da hegemonia política e na relação desse bloco com as classes dominadas. O que incide na revogação (de forma autoritária e violenta) das instituições políticas democráticas e repercute na instauração de novas formas de Estado e de regime político, provocando assim novas formas de crise e instabilidade política (Cf. Saes, 2001:123-24). Trata-se assim de um quadro sócio-histórico que se configura como politicamente crítico e instável, instabilidade necessária a essas diversas fases de transição e de instauração do capitalismo, nas quais o aparelho do Estado é o alvo privilegiado da luta de classes.

No caso dos países latino-americanos marcados por um desenvolvimento capitalista intermediário ou baixo (economias de enclave etc.), mormente o capital estrangeiro induz o Estado, através de múltiplas formas de estrangulamento, a retardar ininterruptamente a diversificação nos setores chaves da economia, contribuindo mais para a manutenção dos níveis de industrialização já alcançados (estagnação): boicote, bloqueio político-institucional contra as tentativas retardatárias de experiências nacional-desenvolvimentistas, mesmo tímidas, e de implantação de tipos de capitalismo de Estado, como no atual caso da Venezuela. Ou então, para a indução de um processo de estagnação

---

<sup>10</sup> Foi Décio Saes que nos alertou sobre a emergência duma “nova dependência” na palestra proferida no 4º *Colóquio Marx e Engels* (realizada em 11/11/2005 no Ifch/Unicamp), intitulada “Desenvolvimento histórico da América Latina”. Para Saes, o esgotamento do modelo da antiga dependência (conforme estudada por Cardoso & Falleto) teria ocorrido nos anos 80, que defendia a instauração de um padrão de industrialização baseado na substituição de importações e a colaboração do capital estrangeiro (um tipo de desenvolvimento associado). A periferia do capitalismo estaria atravessando atualmente uma situação de passagem da antiga dependência a uma mais perversa, uma forma extrema (a nova), caracterizada pela unilateralização desse tipo de dominação econômica no plano histórico, na qual as dependências negativa e positiva seriam excludentes: o aprofundamento do empobrecimento causado pela pilhagem das economias periféricas. Trata-se duma situação em que se impõe a manutenção do modelo de industrialização tradicional: o capital estrangeiro não realiza novos investimentos para fazer avançar a industrialização associada e, ao invés disso, impõe uma política estatal neoliberal baseada na privatização do setor público, a promoção da abertura comercial (contra o protecionismo) e a internacionalização do sistema financeiro na América Latina para aferir ganhos imediatos. Em consonância com esse raciocínio, Saes tinha sustentado que a implementação dessas três políticas (privatização, desregulamentação e abertura econômica ao capital internacional) implica numa mudança no *padrão de intervenção* do Estado capitalista na economia (Saes, 2001: 82).

seguida de (ou com) desindustrialização (regressão). E o reforço desse tipo de economia redundou no acréscimo dos conflitos e lutas sociais e, por conseguinte, da emergência de novas crises, contradições e instabilidade política nesses países. Assim, num dado país com as características mencionadas, e num contexto de regressão dos níveis (intermediário e baixo) de desenvolvimento capitalista já alcançados (a atual Argentina no primeiro caso, a Bolívia no segundo, ilustram essa situação), ao invés de ampliar e acelerar as relações capitalistas de produção, o capital estrangeiro em geral, comandado pelo capital financeiro internacional (reforçado pela intervenção de sua fração mais especulativa), pode agir no sentido de manter esse tipo de economia e, sobretudo conservar as relações de produção pré-capitalistas (pequena produção, o campesinato, maior informalização da economia). Daí o impacto desestabilizador nas formações sociais dependentes (com maior impacto nos países mais atrasados) que se manifestam nas crises e contradições, e que repercutem na esfera estatal: a manutenção e o reforço dos diversos tipos de intervenção do Estado e a tendência ao autoritarismo, mesmo nas formas de Estado democrático e de regime democrático.

Esse caráter interventor do Estado (e seu decorrente autoritarismo) na transição capitalista em geral nos países centrais foi também detectado pelas análises de autores não-marxistas importantes. Entre estes autores destacamos os estudos de Gerschenkron publicados na década de 1960, cujos principais trabalhos foram reunidos na coletânea *El atraso económico en su perspectiva histórica* (1968). Trata-se de um estudo importante que analisa tanto as condições do atraso dos países capitalistas europeus com baixo e médio desenvolvimento econômico no século XIX e inícios do século XX, como o tipo de industrialização encetado por esses países (França, Itália, Alemanha, Rússia, Bulgária). O estudo não apenas se aproxima das conclusões de certos autores marxistas que abordaram (direta ou indiretamente) as temáticas de transição capitalista periférica e de implantação de tipos de desenvolvimento capitalista dependente, como também dialoga criticamente com eles (Lenin, Hilferding, Kalecki e, principalmente Gramsci). Consideramos que o modelo de análise do autor sobre o caráter do atraso econômico e o tipo de industrialização aplicado ao caso europeu (tipos de industrialização com caráter alto, médio e baixo) pode ser bastante frutífero se o aplicarmos à América Latina, principalmente no que diz respeito ao estudo da relação entre o Estado e desenvolvimento capitalista<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Isso não implica, bem entendido, que estejamos ignorando os importantes trabalhos de Furtado, Fernandes, Tavares, Cardoso e Brignoli (citados), bem como as de F. Fajnzylber, A. Ferrer e os estudos historiográficos de T. Donghy.

Uma outra abordagem dos mesmos temas, focalizada de uma perspectiva neo-marxista crítica, oferece T. Skocpol<sup>12</sup>. Seus importantes trabalhos centram-se na análise sobre a relação entre processo de desenvolvimento capitalista, o papel do Estado e as conseqüências socioeconômicas e políticas, tanto nos países centrais quanto nos periféricos ao longo do século XX. Uma análise semelhante, porém que focaliza a problemática da relação entre as empresas multinacionais, as estatais e o capital autóctone, é oferecida por P. Evans: trata-se do clássico estudo sobre o caso brasileiro intitulado *A triplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional* (1980). Nessa mesma linha analítica, cabe mencionar o artigo sobre o Estado empresarial e sua relação com a formação das classes sociais no contexto do desenvolvimento do capitalismo dependente. O mesmo autor também analisa as condições da transformação industrial e o papel detido pelo Estado nesse processo nos países europeus no século XX<sup>13</sup>.

Por outro lado, deve ser destacado o trabalho de J. Malloy & K. Conaghan, *Unsettling Statecraft. Democracy and Neoliberalism in the Central Andes*<sup>14</sup>. Incorporando alguns aspectos teóricos das análises feitas por Skocpol, Evans e Hall<sup>15</sup>, os autores – que adotam uma abordagem eclética sobre a teoria do Estado: neo-marxismo, neofuncionalismo, pluralismo e neo-institucionalismo<sup>16</sup> – analisam a problemática das mudanças do Estado e do desenvolvimento do capitalismo no início da fase neoliberal tomando em conta a relação de três instâncias importantes: Estado, mercado e sociedade civil. Tais instâncias não teriam poder próprio, mas um poder que emanaria da relação entre as outras duas instâncias da sociedade, o qual seria delegado a um grupo de atores políticos - recrutados por critérios políticos (democracia política) e técnicos (burocráticos) - que apenas cumpririam o papel de representantes do Estado e da burocracia estatal. Assim, essas duas instituições intermediariam os conflitos de interesses entre a sociedade civil e o mercado. Em suma, os autores partem do suposto de que a sociedade capitalista de tipo avançado estaria baseada num Estado

<sup>12</sup> Ver: *State and Social Revolutions: A comparative analysis of France, Russia and China* (Cambridge University Press, 1979), “Political Response to Capitalist Crisis: Neo-Marxist Theories of the State and the Case of the New Deal”, *Politics & Society* (Vol. 10, nº 2, 1980) e *Social Revolutions in the Modern World* (New York, Cambridge University Press, 1994).

<sup>13</sup> Os outros trabalhos de Evans são: “Reinventing the Bourgeoisie: State Entrepreneurship and Class Formation in Dependent Capitalism Development”, *American Journal of Sociology* (Supplement, Volume 88, 1983); Evans et al. (eds.), *Embedded Autonomy. States and Industrial Transformation* (Princeton University Press, 1995); Evans et al. (eds.): *Bringing the State Back in* (Cambridge University Press, 1985) e *States versus Market in the World-System* (Beverly Hills, Sage, 1985).

<sup>14</sup> Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1994.

<sup>15</sup> Sobre P. Hall (ed.), ver: *The Political Power of Economic Ideas. Keynesianism across Nations* (Princeton University Press, 1989) e P. Hall & D. Soskice (eds.), *Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage* (Oxford University Press, 2001).

<sup>16</sup> Pluralismo, conforme a acepção teórica de H. J. Laski, ver P. Q. Hirst (ed.), *The Pluralist Theory of the State* (London/New York, Routledge, 1993). Uma crítica resumida da bibliografia atual sobre o neo-institucionalismo oferecem A. Codato e R. Perissinotto (embora sua intenção é a de apresentar uma leitura marxista sobre o Estado como instituição) em “O Estado como instituição. Uma leitura das ‘obras históricas’ de Marx”, *Crítica Marxista*, nº 13, 2001 (São Paulo, Boitempo).

não-corporativista ou não-clientelista, cuja unidade do poder político estaria diluída numa multiplicidade pluralista de centros de decisão, instaurando-se, entre eles, um certo “equilíbrio automático” provocado pela “harmonização” dos diversos grupos de pressão (empresas, sindicatos etc.) que representariam as forças econômicas de uma sociedade supostamente integrada. Em sociedades com um capitalismo heterogêneo e atrasado como as dos países latino-americanos – neste caso os países dos Andes Centrais - , as relações entre as principais instâncias da sociedade tenderiam a ser pautadas por um Estado com ascendência clientelista, populista e corporativista, ocasionando assim conflitos, crises e instabilidade política permanente.

Em ambos os tipos de sociedade, o processo de elaboração da política estatal (*policy making*), principalmente da política econômica, seria o produto da ação dos representantes entre as três instâncias da sociedade, sendo direcionada pelos representantes do Estado e da burocracia estatal (governo, parlamento e elites burocráticas). Num contexto de recessão e crise econômica acentuada, tal processo tenderia a ser impulsionado por uma ampla coalizão composta por integrantes dos três setores fundamentais, sendo direcionado pelas “elites políticas conscientes” e pela “nova elite econômica” alinhada às forças que predominam no mercado mundial: o neoliberalismo - este tipo de análise é aplicado às anteriores fases do capitalismo (*New Deal*, keynesianismo nos Estados Unidos e nos demais países centrais; nacional-desenvolvimentismo nos países latino-americanos). No caso dos países andinos (e por extensão, os países latino-americanos) - que no período 1950-70 fracassaram em aplicar variantes do modelo nacional-desenvolvimentista, primeiro no regime populista e depois no militar - , a crise e estagnação econômica de início dos anos 80 teriam obrigado às novas elites econômicas a comandar o processo de democratização e reestruturação do Estado baseado no modelo neoliberal. O processo de *policy making* aplicado pela “coalizão neoliberal” - direcionada pelas “novas elites econômicas” – que originou as mudanças substantivas no Estado, sociedade civil e mercado, teria evidenciado uma defasagem entre os critérios formal e informal de elaboração da política econômica<sup>17</sup>, configurando assim um tipo de democracia já evocado por Tocqueville: o despotismo democrático.

Finalmente, os estudos supramencionados – em suas variadas correntes teóricas - sobre o papel do Estado e sua relação com o desenvolvimento capitalista (e os processos de industrialização) no século XIX e ao longo do século XX, sofreram influência decisiva das análises teóricas marxistas sobre o Estado capitalista realizadas na França (Poulantzas) e na Inglaterra (Miliband) no final da década de 1960 e inícios da década de 1970. Estes dois autores instauraram um debate sobre o Estado capitalista,

---

<sup>17</sup> Sobre o caso do Brasil no período do regime militar, ver o estudo de A. N. Codato, *Sistema estatal e política econômica no Brasil pós-64* (São Paulo, Hucitec/Anpocs/Editora Ufpr, 1997): o autor examina a reorganização do aparelho econômico do Estado militar brasileiro durante o governo Geisel.

o qual repercutiu em toda Europa e na América Latina<sup>18</sup>. Na Alemanha, a discussão sobre o assunto (conhecida como “Debate Alemão”) foi circunscrita à denominada “Escola Lógica do Capital”, influenciada por concepções economicistas sobre o papel do Estado capitalista. Entre os autores que participaram ativamente deste debate estão Altvater e Hirsch. Dois autores importantes da chamada “Escola de Frankfurt”, Habermas e Offe, participaram passivamente de tal debate – isto é, indiretamente, através de novas pesquisas sobre os temas do momento e apoiados em diversas correntes teóricas não-marxistas e marxistas. Numa tentativa de diálogo crítico com o marxismo, eles sofreram influência desta corrente teórica e elaboraram importantes análises, tanto sobre o processo de elaboração da política econômica, como das mudanças estruturais internas do aparelho estatal. A esse respeito, basta mencionar os principais trabalhos de Offe<sup>19</sup>. Reconhecendo a problemática da autonomia relativa do Estado nas sociedades capitalistas, porém negando que o Estado e a burocracia estatal defendem os interesses particulares de uma classe, mas “os interesses comuns de todos os membros de uma sociedade capitalista de classe”, Offe aponta alguns limites importantes da ação dois segmentos sociais denominados determinações funcionais: a privatização da produção, a dependência dos impostos, a acumulação como ponto de referência e a legitimação democrática (Offe, 1984:123-125).

Conforme o autor, o aspecto dinâmico da política estatal estaria definido pela compatibilização dessas quatro determinações estruturais. E a única forma de alcançar tal compatibilização seria através da generalização da forma mercadoria em todos os níveis, sendo assim “o ponto de referência mais geral” por meio da qual pode-se “analisar as estratégias individuais das políticas do Estado”. Só que essa harmonia dificilmente existiria em sociedades concretas porque o desenvolvimento capitalista apresenta uma “tendência permanente à paralisação da ‘viabilidade de mercado’ e à ‘interrupção das relações de troca’”. Se o mercado não consegue ser o elemento harmonizador, o Estado intervém para manter a forma mercadoria. Assim, essa “estratégia mais geral do Estado capitalista não visa em

---

<sup>18</sup> Sobre o debate mencionado, ver: N. Poulantzas & R. Miliband, *Debate sobre o Estado capitalista* (Porto, Afrontamento, 1975); J. Holloway & S. Picciotto, *State and Capital. A marxist debate* (Austin, University of Texas Press, 1979); F. Brunet, “El Estado, la política, las clases sociales y el capital” (*Nueva Sociedad*, Novembro-Diciembre 1986); e os artigos de D. Gold, Clarence Y. H. Lo e O. Wright, in Sonntag & Valecillos (comp.), *El Estado en el capitalismo contemporáneo* (México, Siglo XXI, 1990, 9ª ed.).

<sup>19</sup> Apesar das posturas economicistas sobre o Estado capitalista constante nesses trabalhos, a sua análise é importante para o estudo sobre o assunto: Cf. *Problemas estruturais do Estado capitalista* (1984) e *Capitalismo desorganizado* (1989) (Cf. também Przeworski, 1991). Cabe lembrar que vários artigos da primeira obra de Offe foram publicados em 1972 (*Strukturprobleme des kapitalistischen staates*), antes da publicação de *Legitimationsprobleme im Spätkapitalismus* (1973) de Habermas (1994). A nosso ver, neste trabalho Habermas incorporou algumas observações feitas por Offe e avançou na análise do processo de mudanças socioeconômicas e políticas (o que também se constata na obra *Teoría de la acción comunicativa* [1987]) na fase que denominou *capitalismo tardio* – caracterização feita por Mandel (1979) em 1972 no seu livro *Der Spätkapitalismus*. Entre os estudos sobre o Estado burguês periférico – que sofreu influência do debate alemão – deve ser destacado o trabalho de Evers, *El Estado en la periferia capitalista* (1985).

absoluto uma proteção especial a um certo interesse de classes, mas sim o interesse geral de todas as classes”. Nesse sentido, o papel harmonizador do Estado pode variar de acordo com a abundância ou escassez dos recursos disponíveis numa determinada sociedade (Offe, 1984: 126-128). Em suma, a análise de Offe também oferece importantes subsídios teóricos para pensar o papel do Estado e seu caráter interventor nas formações sociais capitalistas periféricas.

## 2. Problemática II: principais análises sobre o Estado capitalista periférico

Em consonância com os objetivos perseguidos neste artigo, o nosso tema central se insere no campo da problemática sobre o Estado burguês periférico<sup>20</sup>. Pensamos que a discussão teórica deste tipo de Estado supõe o aproveitamento crítico dos diversos estudos sobre o papel do Estado capitalista e sobre o caráter do desenvolvimento capitalista nos países centrais e periféricos. Nesse sentido, entre as perguntas importantes que podem conduzir a discussão estão as seguintes: dado o avanço do estudo (nas diversas correntes teóricas) sobre o assunto aqui abordado, é possível o empreendimento de uma análise que tome como referência o Estado burguês periférico como objeto relativamente autônomo de análise? O conceito de Estado capitalista dependente/periférico elaborado por alguns autores consegue explicar tanto as características constitutivas como o papel e funcionamento dos Estados latino-americanos nas diversas fases da transição capitalista periférica e da instauração de tipos de capitalismo dependente?

Dito isso, impõe-se desenvolver, em termos gerais, um duplo objetivo: 1) passar em revista os principais trabalhos sobre o *Estado burguês periférico* (com especial ênfase na América Latina); e 2) fazer um breve balanço crítico dos mesmos. A seguir, apresentaremos um *balanço* preliminar da bibliografia sobre o *Estado burguês dependente/periférico*, tal como aparece nos diversos autores filiados às diferentes correntes marxistas e de algumas correntes teóricas não-marxistas.

Em *Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*, Lênin foi o pioneiro em colocar as bases para analisar a complexa relação entre Estados dominantes (“usuários”/soberanos) e Estados dependentes (“devedores”/subordinados). Depois desse trabalho, a discussão geral sobre o imperialismo e a dependência (dois temas que apontam para problemáticas diferentes, porém complementares) adotou

---

<sup>20</sup> Trata-se de uma empreitada teórica e analítica que dá continuidade a nossas pesquisas realizadas nos cursos de mestrado em Ciência Política e doutorado em Ciências Sociais na Unicamp. Os trabalhos de nossa autoria são: “O Estado-de-golpe: uma análise do Estado boliviano sob o período de maior instabilidade e crise política (1978-1982)” (dissertação de mestrado, 1998); e “Estado militar e instabilidade política na Bolívia (1971-1978)” (tese de doutorado, 2003, disponibilizada na biblioteca digital da Unicamp, no endereço: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000311497>).

dois caminhos: de um lado, o debate sobre o intercâmbio desigual, e de outro, a discussão sobre a dependência<sup>21</sup>.

Já o esforço de Moraga, em *O Estado nas Sociedades Dependentes* (1977), está voltado para a distinção entre dependência econômica e dependência política. Conforme o autor, tal distinção teria sido negligenciada nos estudos sobre o assunto. Se na esfera sócio-econômica a distinção foi feita com relativa precisão (entre centros imperialistas e regiões atrasadas), ela não ocorreu na esfera sócio-política, principalmente quando se tratava de regiões atrasadas que deixaram de ser colônias e passaram a constituir-se em Estados independentes. Mesmo que a maioria dos estudos sobre o imperialismo contemporâneo parece chegar à conclusão de que o desenvolvimento do capitalismo na periferia “seguiu e continua a seguir vias complementares das dos centros capitalistas”, as conseqüências sócio-políticas ainda não foram devidamente estudadas, principalmente no âmbito do Estado, “que detém essa outra complementariedade” (Moraga, 1977:8). Contudo, a despeito de seu esforço analítico sobre o caso de alguns países da América Latina (Argentina, Brasil, Chile e México), Moraga não avançou muito sobre a problemática do Estado “dependente”. Seu trabalho limita-se a examinar os aspectos socioeconômicos do desenvolvimento capitalista e a relacionar as formas assumidas pelo Estado nesses países nas diversas fases desse processo. Porém, não propõe nenhuma definição sobre o papel “complementar” do Estado dependente no desenvolvimento do capitalismo a nível mundial.

O trabalho *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1973) de Cardoso e Faletto é outra tentativa de pensar a problemática do Estado dependente. O foco da análise é o desenvolvimento dependente visto como um processo político-social que se constitui na base das relações de classes, que se estabeleceriam no interior de cada país latino-americano. Os autores chamam a atenção para a análise dos componentes internos e externos da dependência, do sistema de relações entre as diversas classes sociais no âmbito dos países dependentes, deixando de ser vista como uma mera “variável externa”. Nesse sentido, diferentemente do conceito proposto pela corrente teórica marxista, o conceito de dependência aponta para dois aspectos: 1) serve para descrever “uma de série de fatos e situações que aparecem conjuntamente em um dado momento” e 2) aponta para a tentativa de estabelecer “as relações que tornam inteligíveis as situações em função da maneira pela qual se conectam os componentes estruturais internos e externos”. Nessa perspectiva, o externo “expressa-se também como

---

<sup>21</sup> A bibliografia de ambos os temas é abundante. Sobre o intercâmbio desigual, além da obra clássica de A. G. Frank, basta indicar os seguintes trabalhos: Ch. Bettelheim, *Planificação e crescimento acelerado* (Rio de Janeiro, Zahar, 1976, 2ª ed.); S. Amin, *Capitalismo periférico y comercio internacional* (Buenos Aires, Periferia, 1974) e *O Desenvolvimento Desigual. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico* (Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976); C. Furtado, *Desenvolvimento e subdesenvolvimento* (Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1965, 3a. ed.). Sobre a desigualdade regional, ver L. Coutinho, “Desigualdades regionais: uma revisão da literatura”, in: *Revista de Administração de Empresas*, vol. 13, nº. 3, 1973 e C. Furtado, *A operação Nordeste* (Rio de Janeiro, MEC/ISEB, 1959).

um modo particular de relações entre grupos e classes sociais no âmbito das nações subdesenvolvidas” (Cardoso e Faletto, 1973:23). Mesmo reconhecendo o fato de que as relações de classe se articulam por intermédio do Estado, exigindo justamente mais autonomia da esfera política, onde os interesses em jogo se confrontariam e se resolveriam, os autores simplesmente esquecem a análise da questão do “Estado propriamente dependente”. Num outro trabalho, Cardoso confirma essa tendência: além de dar um tratamento separado aos assuntos Estado e dependência, ele limita-se a apontar os problemas das análises feitas sobre o Estado na América Latina – cujas dificuldades estariam relacionadas com a complexidade das relações de classes no interior desses países – , e a criticar principalmente as abordagens liberal e marxista (F. H. Cardoso, 1973:14-18).

C. F. S. Cardoso (1974) já havia mostrado que o conceito de dependência é constitutivo do modo de produção dependente ou colonial (sistemas produtivos complementares aos da Europa), distanciando-se das concepções circulacionistas, como a de A. G. Frank no seu livro *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* (o núcleo da dominação colonial estaria constituído pela “estrutura metrópoli-satélite”)<sup>22</sup>. Nessa linha de argumentação, Cardoso de Mello (1998), embora sustente a tese de que não se instaurou um modo de produção específico na América Latina, mostrou também a séria dificuldade de pensar o desenvolvimento/subdesenvolvimento dos países latino-americanos a partir dos discursos cepalinos e dos autores da teoria da dependência. Superando a dicotômica concepção centro versus periferia, o autor formula o conceito de *capitalismo tardio* para analisar a história latino-americana enquanto história do capitalismo. Mesmo assim, o papel do Estado nas fases de transição e de instauração de desenvolvimento capitalista periférico tem um tratamento parcial nesses autores.

Já a tentativa analítica mais sistemática sobre o Estado periférico feita até o momento – embora o autor tenha abandonado essa linha de pesquisa – é *El Estado en la Periferia Capitalista* de Evers (1985), obra originalmente publicada em alemão em 1977. O autor defende a tese segundo a qual o problema crucial dos países latino-americanos é a permanente crise de acumulação de capital devido a duas características importantes das sociedades periféricas: a heterogeneidade social interna e o contexto reprodutivo do mercado mundial. Este determinaria, em última instância, a formação social periférica. A primeira característica revelaria uma não identidade entre a esfera econômica e a esfera política, configurando uma situação em que não haveria correspondência entre base econômica e superestrutura: sua base econômica não seria seu próprio espaço econômico nacional, mas o mercado mundial, que estaria fora de sua influência. Trata-se de países que não teriam “sociedade própria” – isto

---

<sup>22</sup> Ver a crítica de E. Laclau a Frank: “Feudalismo e capitalismo en América Latina” (In: C. S. Assadourian, et al, *Modos de Producción en América Latina*, Córdoba, Pasado y Presente, 1974, 2ª ed.). Cf. também Cardoso e Brignoli (1983) e R. M. Marini: *Dialéctica de la dependencia* (México, Ediciones Era, 1973) e Marini et al., *El Estado en América Latina (mesa redonda)*, *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales* (México, nº 82, Oct.-Dic., 1975).



é, não teriam uma estrutura de classes constituída, justamente porque careceriam de uma estrutura econômica própria e, por conseguinte, de burguesias nacionais autóctones. Nesse contexto, a função organizadora da acumulação se manteria no âmbito político (Estado), ao passo que se perde no âmbito econômico: as burguesias metropolitanas imporiam seus interesses econômicos como sendo os interesses locais comuns, cabendo apenas ao Estado a função política *mediadora* entre o contexto reprodutivo do mercado mundial e as estruturas socioeconômicas internas. Como consequência dessa determinação externa, a função estatal mediadora acabaria beneficiando a estrutura do mercado mundial, que seria a base reprodutiva material desse Estado. Já segunda característica importante desse tipo de Estado (a heterogeneidade estrutural interna) seria detectada na subsistência de diversas formas pré-capitalistas de produção e intercâmbio. Trata-se de sociedades fragmentadas, “estruturalmente heterogêneas”, onde as relações de produção capitalistas não apenas estariam desenvolvidas de forma e intensidade díspares, mas também teriam sérias dificuldades em se estabelecer plenamente – isto é, encontrariam obstáculos marcantes nas esferas da produção (trabalho assalariado livre etc.), circulação (relações de intercâmbio equivalente) e da ação sócio-política dos agentes sociais (estrutura de classe inacabada e difusa, não constituição do cidadão livre e igual etc.).

Em suma, nos seus aspectos constitutivos gerais, o Estado periférico não representa um capital surgido de uma acumulação interna, tampouco diz respeito a uma sociedade capitalista de classe plenamente desenvolvida. Assim delineado, o papel geral do Estado seria precisamente o de mediador político entre as estruturas sociais subdesenvolvidas do espaço econômico local e as forças econômicas predominantes do mercado mundial. A situação de dependência precederia, por um lado, a constituição do Estado nacional soberano, e por outro, as formas burguesas de dominação e o predomínio das relações pré-capitalistas de produção. Esses desajustes não são considerados pelo autor como “anomalia”, mas como revelação de que as relações do mercado mundial antecedem histórica e funcionalmente às relações mercantis no seio das sociedades periféricas, não se distanciando assim da lógica do desenvolvimento capitalista em escala mundial.

Apesar da importante tentativa de pensar o Estado periférico, a obra de Evers sofre limitações e problemas teóricos sérios. Identifiquemos apenas algumas implicações teóricas problemáticas das teses do autor. Evers desconsidera que o espaço nacional é o contexto econômico necessário de reprodução do capital. Nesse sentido, torna-se difícil sustentar a tese do papel *mediador/regulador* do Estado periférico quando este é determinado, interna e externamente, pela estrutura reprodutiva do mercado mundial. Liquidado o papel mediador do Estado por obra do mercado mundial, esse Estado fica reduzido a um mero sub-aparelho administrativo do Estado metropolitano. E esse problema se compatibiliza com outro, igualmente importante: devido às duas características principais, esse Estado

viveria fadado a crises políticas e instabilidade endêmica e assolado pela violência sem limites, configurando-se assim um Estado de exceção permanente (ditadura civil ou militar) (Evers, 1985:195). Isto porque o aparelho de Estado periférico padeceria de crônicas deficiências funcionais (“incoerências inerentes” da burocracia estatal), as quais oscilam entre a heterogeneidade, hipertrofia, estatização, centralização e dispersão - isto é, um conglomerado de instâncias e funções anômalas. Tais deficiências se devem à materialização das diversas exigências funcionais no interior do Estado que produzem uma “tendência à hipertrofia e heterogeneidade” do aparelho estatal sem que se altere sua “capacidade reguladora”. Assim, o fato desse Estado ser “fraco” e “forte” ao mesmo tempo, que a esfera estatal esteja mais adiantada nas transformações burguesas do que a esfera econômica, que o político se adiante no processo de transformação ou de inserção nas formas de produção capitalista, não mudaria em nada o caráter constitutivo do Estado periférico defendido por Evers. Enfim, uma transição capitalista periférica, tal como se dera historicamente nos países capitalistas avançados, seria praticamente impossível: fica bloqueado tanto o desenvolvimento capitalista quanto o funcionamento da democracia burguesa de forma “plena” (Evers, 1985:43). E isso se deve ao fato de que o Estado capitalista periférico nada teria a cumprir no processo de acumulação de capital, pois conforme se sublinhou acima, ele não é outra coisa que um mero sub-aparelho do Estado metropolitano.

Ademais, a contradição – apontada pelo autor - entre o Estado burguês e as relações pré-capitalistas de produção não é reconhecida como manifestação das características próprias dos períodos de transição, conforme o processo de dissolução-conservação detectados por Marx e Lênin. No esquema teórico de Evers, a forma e função do Estado periférico derivam da função do capital (primado da circulação do capital), um esquema reducionista que obstaculiza o estudo do Estado enquanto objeto relativamente autônomo de análise – isto é, a estrutura jurídico-política e o político seriam meros reflexos da estrutura econômica dos países capitalistas metropolitanos. Tais observações ficam reforçadas quando detectamos que o autor privilegia, na sua análise do Estado periférico, as formas de inserção desses países no mercado mundial, deixando de lado a importância do exame daquilo que o autor chama “formas institucionais do Estado” – as formas de Estado, formas de regime, o papel constante da instituição-aparelho estatal em relação à esfera econômica. Isso se deve ao fato de Evers partir do suposto de que existe um modelo lógico de “Revolução burguesa” (confusão da revolução burguesa nos seus dois sentidos, conforme mencionado na primeira parte deste artigo), o qual é aplicado à análise do Estado em questão, e que aparece como uma força histórica generalizável sempre em avanço, como fim necessário (caráter teleológico). Mesmo que insista em que o Estado burguês típico nunca tenha existido na sua forma pura, não há em Evers uma explicitação das

premissas do “conceito lógico de Estado burguês”, nem um exemplo de revolução política burguesa (formação do Estado) nos principais países europeus.

Finalmente, não é possível analisar o Estado capitalista dependente nos termos da correspondência/não-correspondência entre base econômica e superestrutura, bem como nos da reciprocidade/não-reciprocidade entre as esferas econômica e política, conforme quer Evers. Seguindo as lições de Marx, Balibar já havia alertado esse problema em 1965: no período de transição do modo de produção capitalista – MPC que reflete uma coexistência simultânea de vários modos de produção – as formas do direito, da política e do Estado não apenas estariam desajustadas em relação à base econômica, mas também primam sobre as formas da estrutura econômica capitalista. Tal desajuste se apresenta sob a forma de “não-correspondência” justamente devido ao fato de que “o modo de intervenção da prática política, em vez de conservar os limites e de produzir seus efeitos sobre sua determinação, os desloca e os transforma” (Balibar, 1988: 333-34)<sup>23</sup>. Em suma, nos períodos de transição a estrutura jurídico-política “prima por antecipação” sobre a instância econômica. A heterogeneidade estrutural interna detectada por Evers – a qual reflete, nos períodos de transição, uma forte presença de relações de produção pré-capitalistas -, não é outra coisa senão uma característica comum às formações sociais de transição em geral, e não um traço constitutivo das sociedades capitalistas periféricas<sup>24</sup>.

Um trabalho semelhante ao de Evers, no que diz respeito à forma e função do Estado periférico, é o de H. R. Sonttag<sup>25</sup>. Para este autor, o contexto de dependência econômica se explica pelo fato de que nas sociedades periféricas o político ocuparia, permanentemente, o papel dominante na estrutura total (o econômico estaria “em última instância”). A instância política teria uma força enorme na periferia, transformando-se em fator único de coesão de toda a estrutura: concentraria todas as relações e luta entre as classes, que se convertem sempre em lutas políticas e que provoca crises políticas permanentes. Nesse sentido, a instauração do Estado burguês (na sua acepção “típica”) na periferia do capitalismo seria impossível. Assim, a única forma de Estado viável seria um “tipo” de Estado de exceção permanente para essas sociedades.

---

<sup>23</sup> Mesmo fazendo uma autocrítica posterior (em relação às posturas teóricas adotadas nos trabalhos de 1965-67) na qual é negada a possibilidade de sustentação duma teoria geral do modo de produção e duma teoria geral da transição, Balibar reconhece que o materialismo histórico permite compreender “uma *problemática geral* da ‘transição’ nas formações sociais”, ver *Cinco estudos do materialismo histórico* (Portugal, Presença, 1975, Vol. II., p. 223).

<sup>24</sup> Cf. A. Mayer, *A Força da Tradição* (São Paulo, Companhia das Letras, 1990).

<sup>25</sup> “Hacia una teoría política del capitalismo periférico”. In: H. R. Sonttag & H. Valecillos (comp.). *El Estado en el capitalismo contemporáneo* (México, Siglo XXI, 1990, 9ª ed.). Embora trabalhe com conceitos elaborados pelo grupo althusseriano do período 1965-67 (“determinação em última instância” e “dominância”, cuja operacionalidade foi questionada por Saes [1994b e 1998b]), Sonttag não se desvencilha da influência das concepções instrumentalistas de Estado que se reflete no seu conceito de “Estado de exceção permanente”, que Evers utiliza amplamente.

Entretanto, já em 1972 – contrariamente às análises de Sonttag e Evers –, na sua análise dos casos de Paquistão e Bangladesh, H. Alavi<sup>26</sup> mostrou que as sociedades pós-coloniais herdaram do período colonial um aparelho estatal altamente desenvolvido em relação a sua estrutura social interna. Ou seja, no período colonial, a superestrutura ficou superdesenvolvida em relação à “estrutura”, no sentido de que sua base econômica seria a própria estrutura metropolitana. Mas esta se separa no momento da independência (tese oposta à de Evers), possibilitando o desenvolvimento das funções básicas desse *Estado Nacional*, mesmo num contexto de dependência, com uma autonomia relativa perante o capital estrangeiro e as classes ou frações burguesas locais. Justamente por ter “força” própria, ele seria mediador/árbitro – essa seria uma das funções importantes detectada por Alavi, afastando-se das concepções economicista e instrumentalista do Estado – dos conflitos de interesse entre as três classes fundamentais das sociedades pós-coloniais: a burguesia metropolitana, a burguesia local e os proprietários de terra. A outra função básica do Estado seria a de preservar a ordem social vigente: a instituição da propriedade privada e a dominação do modo de produção capitalista. O Estado permanecerá sob a influência das burguesias imperialistas das metrópoles para manter sua dominação nas sociedades pós-coloniais. E essa influência é exercida através do aparelho da burocracia estatal, particularmente nos investimentos feitos para seu fortalecimento. É por isso que o maior beneficiário da autonomia relativa do Estado seria o próprio neocolonialismo, justamente por conferir a seus respectivos governos a suficiente abertura aos interesses externos na elaboração da política nacional (“ajuda” metropolitana etc.)<sup>27</sup>.

Por outro lado, na sua análise sobre a situação dos Estados capitalistas pré-populistas da América Latina, K. Vergopoulos<sup>28</sup> concluiu que tais Estados constituíram-se de forma independente sem uma verdadeira burguesia nacional, ou então sem que esta fosse capaz de funcionar como tal. Por isso, tais Estados seriam “independentes”. Todavia, em situações em que a oligarquia local ou regional chegue a dominar o Estado, este teria uma certa independência no exercício do poder porque funcionaria como um Estado nacional, e pelo fato de que tal classe estar fragmentada, não funcionando como uma classe nacional, mas como uma ordem pré-capitalista, limitada geográfica e socialmente. A burguesia periférica moderna surgiria do inchaço social do Estado e das relações que com ela se estabeleceriam.

<sup>26</sup> “L’Etat dans le sociétés post-coloniales”, *Les Temps Modernes*, Paris, nº 314-315, set/out., 1972. Evers cita este artigo na sua obra (1985:86, nota 121), mas discorda das principais teses defendidas por Alavi.

<sup>27</sup> Contudo, um dos problemas da análise de Alavi é que a burocracia estatal detém um papel central no processo de mediação/arbitragem, incorrendo numa concepção de Estado neutro ou Estado sujeito: a burocracia estatal ganharia autonomia absoluta e tenderia a se comportar como “ator social”. A mesma concepção é adotada na análise de L. Martins sobre o caso brasileiro (*Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985).

<sup>28</sup> “L’Etat dans le capitalisme peripherique”, *Revue Tiers Monde*, Paris, nº 24, 1983.

Outro autor que procurou dar uma explicação ao fenômeno do Estado dependente foi Poulantzas em *A Crise das Ditaduras* (1976). Esta obra aborda as relações entre os regimes ditatoriais da Espanha, Grécia e Portugal e a nova fase do imperialismo, denominada industrialização dependente. Recorrendo à noção de dependência para analisar esses regimes, o autor coloca a possibilidade de, num plano geral e abstrato, poder falar acerca de um “tipo” de *Estado capitalista dependente*. Mas não propõe nenhuma definição para esse novo tipo de Estado. Pelo contrário, *limita-se* a afirmar que ele apresentaria características comuns a todas as sociedades dependentes devido ao fato de que isso corresponderia a uma dupla situação: “às modificações gerais que o imperialismo lhes impõe” e ao desempenho de “suas funções gerais que lhe cabem” em razão da atual fase do imperialismo (1976:19). Em suas outras obras (nomeadamente da década de 1970), Poulantzas apenas fornece *indicações gerais* sobre o “tipo” de Estado dependente. Em *Fascismo e Ditadura* (1978) mostra como, no período de transição de uma fase do capitalismo a outra e dum estágio a outro na Europa (do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista), a intervenção do Estado é constante; e no caso dos países que faziam parte dos elos mais fracos da cadeia imperialista, revela que Estado adquire uma intervenção redobrada no desenvolvimento do capitalismo. E em *As classes sociais no capitalismo de hoje* (1975) retoma o conceito marxista de *dissolução-conservação* para se referir ao movimento complexo e contraditório do domínio do modo e de formas de produção capitalistas sobre os outros modos e formas de produção pré-capitalistas. No que tange ao caráter do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial, ao papel do Estado, bem como ao caráter da relação entre os países capitalistas dominantes e os situados na periferia do capitalismo, Poulantzas (1975:46) não considera que esses fenômenos sejam determinados pela circulação do capital e por um tratamento teórico determinado pela separação entre o desenvolvimento capitalista central e o periférico, enquanto relações externas. Ou seja, o processo de dominação imperialista reproduz no interior das formações sociais dominadas a relação de dominação que as articula às metrópoles imperialistas: seguindo o raciocínio de Mao Tse-tung (em *On Contradiction*), os fatores externos agem através dos internos. Em suma, a pesar de Poulantzas ter se referido indiretamente ao Estado dependente, sem elaborar seu conceito (diferentemente da importante tentativa de Evers), suas indicações empíricas e analíticas sobre o assunto são necessárias, mais ainda insuficientes.

## Referências bibliográficas

- BALIBAR, Étienne. “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”. In: L. Althusser & E. Balibar. *Para Leer El Capital*. México: Siglo XXI, 1988. 21ª ed.
- BEIGUELMAN, Paula. *Formação política do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1967.
- BETTELHEIM, Charles. *A transição para a economia socialista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- BORON, Atilio A. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.
- CARDOSO, Ciro F. S. “Sobre los modos de producción coloniales de América Latina”. In: C. S. Assadourian, et al, *Modos de Producción en América Latina*. Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1974, 2ª ed.
- CARDOSO, C. F. S. e BRIGNOLI, Héctor P. *História Econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- CARDOSO, Fernando H. & FALETTO, Enzo. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 2ª ed.
- CARDOSO, Fernando H. “Notas sobre Estado e dependência”, *Cadernos CEBRAP*, São Paulo, Nº 11, 1973.
- DOULONG, Renaud. “Crisis de la relación Estado/sociedad local vista através de la política regional”, In: N. Poulantzas (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- EVERS, Tilman. *El Estado en la Periferia Capitalista*. México: Siglo XXI, 1985, 3ª ed.
- EVANS, Peter. *A Triplice Aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo 1998. 13ª ed.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FRANK, A. Gunder. *Le développement du sous-développement*. Paris: Maspero, 1969.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia, 1969.
- GENOVESE, Eugène D. *Économie Politique de l’Esclavage*. Paris: Maspero, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Senhores e Escravos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.
- GONZALES Casanova, Pablo (coord.). *El Estado en América Latina*. Teoría y Práctica. México: Siglo XXI, 1980.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
- GRENON, Michel & ROBIN, Régine. “A propos de la polémique sur l’Ancien Régime et la Révolution: pour une problématique de la transition”, *La Pensée*, nº 187, Paris, junho de 1976.
- HABERMAS, Jürgen. *A crise de legitimação no capitalismo tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994. 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. *Teoria de la Acción Comunicativa*. Madrid: Taurus, 1987. 2 Tomos.
- HEALY, Kevin. *Caciques y patronos. Una experiencia de desarrollo rural en el sud de Bolivia*. Cochabamba: CERES, 1987. 3ª ed.
- HOBSBAWM, Eric. “Introducción”. In: MARX & HOBSBAWM. *Formaciones económicas precapitalistas*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1971.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, 4ª ed.
- \_\_\_\_\_. *A formação do Estado populista na América Latina*. São Paulo: Ática, 1989. (a).
- \_\_\_\_\_. *Estado e capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 2ª ed. (b).

- KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- LENIN, Vladimir. *El desarrollo del capitalismo en Rúsia*. Moscú: Editorial Progreso, 1981.
- \_\_\_\_\_. *Sobre la cuestión nacional*. Buenos Aires: Editorial Abraxas, 1973.
- MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. México: Era, 1979.
- MILIBAND, Ralph. *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- MARX, Karl & HOBBSBAWM, Eric. *Formaciones económicas precapitalistas*. Buenos Aires: Pasado y Presente, 1971.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. Campinas, UNICAMP/IE, 1998, 10ª ed.
- MORAGA, Henrique Gomariz. *O Estado nas Sociedades Dependentes*: Lisboa, Ed. Presença/Livraria Martins Fontes, 1977.
- O'DONNEL, Guillermo. *1966-1973: El Estado burocrático autoritario: triunfos, derrotas y crisis*. Buenos Aires: Belgrano, 1982.
- OFFE, Claus. *Problemas Estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- \_\_\_\_\_. *Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *As classes sociais no capitalismo de hoje*, Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. *A crise das ditaduras – Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. (org.). *O Estado em Crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PERISSINOTTO, Renato M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAES, Décio. *A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 2ª ed.
- \_\_\_\_\_. *Estado e Democracia: Ensaio Teóricos*. Campinas: Ifch-Unicamp, 1994 (a).
- \_\_\_\_\_. “Marxismo e História”, *Crítica Marxista*, nº 1, São Paulo, Brasiliense, 2ª ed., 1994 (b).
- \_\_\_\_\_. “O impacto da teoria althusseriana da história na vida intelectual brasileira”. In: J. Quartim de Moraes (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp. Vol. III, 1998 (b).
- \_\_\_\_\_. *República do Capital. Capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.
- SOUZA, Angelita Matos. *Estado e dependência no Brasil (1889-1930)*. São Paulo: Annablume, 2002.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 7ª ed.